



# A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 2001

14.17  
6623s

698/07



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA



**FNUAP**

Fundo de População das Nações Unidas

# A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 2001



DEZEMBRO DE 2001



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA



Fundo de População das Nações Unidas

## A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 2001

**publicação** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP

**IBGE** Sérgio Besserman Vianna  
Presidente

**FNUAP** Rosemary Barber-Madden  
Representante no Brasil

**autores** Diretoria de Pesquisas/Departamento de População  
e Indicadores Sociais - IBGE

**edição** José Humberto Fagundes  
**arte** Mauro Nunes Barbosa

**impressão** Stilo Gráfica e Editora

## APRESENTAÇÃO

**O** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em conjunto com o Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP/Brasil, tem a satisfação de levar à sociedade brasileira a publicação **A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA 2001**

*Esta publicação, marco inicial para uma divulgação anual desta natureza, sintetiza os principais indicadores produzidos pelo IBGE, relativos a temáticas sócio-demográficas selecionadas pelas Nações Unidas em seus relatórios sobre a Situação da População Mundial.*

*Sérgio Besserman Vianna*

Presidente do IBGE

**IBGE**  
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

*Rozemary Barber-Madden*

Representante do FNUAP no Brasil

 **FNUAP**

Fundo de População das Nações Unidas

## EVOLUÇÃO POPULACIONAL

A população brasileira, segundo os resultados do Censo Demográfico de 2000, atingiu um total de 169 590 693 habitantes. A taxa geométrica de crescimento anual no período 1991/2000, de 1,63%, foi das mais baixas já observadas, refletindo a continuidade do declínio da fecundidade durante os anos 90. Neste período, as maiores taxas de crescimento ocorreram nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde em algumas subáreas se observou a presença de contingentes migratórios atraídos não só por uma expansão retardatária da fronteira, como, também, pelo poder de atração do entorno de Brasília e Goiânia. Em 1991, para cada 100 mulheres existiam 97,5 homens, relação que, em 2000, declina ligeiramente para 96,8, confirmando que os efeitos diferenciais da expectativa de vida por sexo continuam a determinar uma sobrepresença de mulheres em relação a homens (Tabela 1).

**Tabela 1 - População residente e taxa média geométrica de crescimento anual da população, segundo as Grandes Regiões - 1991/2000**

Grandes Regiões	População Residente		Taxa média geométrica de crescimento anual (1991/2000)
	1991	2000	
<b>Total</b>			
<b>Brasil</b>	<b>146 825 475</b>	<b>169 590 693</b>	<b>1,63</b>
Norte	10 030 556	12 893 561	2,86
Nordeste	42 497 540	47 693 253	1,30
Sudeste	62 740 401	72 297 351	1,60
Sul	22 129 377	25 089 783	1,42
Centro-Oeste	9 427 601	11 616 745	2,37
<b>Urbana</b>			
<b>Brasil</b>	<b>110 990 990</b>	<b>137 755 550</b>	<b>2,45</b>
Norte	5 922 574	9 002 962	4,81
Nordeste	25 776 279	32 929 318	2,78
Sudeste	55 225 983	65 441 516	1,92
Sul	16 403 032	20 306 542	2,42
Centro-Oeste	7 663 122	10 075 212	3,12
<b>Rural</b>			
<b>Brasil</b>	<b>35 834 485</b>	<b>31 835 143</b>	<b>-1,32</b>
Norte	4 107 982	3 890 599	-0,61
Nordeste	16 721 261	14 763 935	-1,39
Sudeste	7 514 418	6 855 835	-1,02
Sul	5 726 345	4 783 241	-2,00
Centro-Oeste	1 764 479	1 541 533	-1,50

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000.



## URBANIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO ESPACIAL

O Censo Demográfico 2000 mostrou a continuidade do processo de diminuição de população rural ocorrida neste último período intercensitário. A taxa de urbanização passou de 75,59%, em 1991, para 81,23% em 2000 (Tabela 2).

**Tabela 2 - Taxa de urbanização e densidade demográfica, segundo as Grandes Regiões 1991/2000**

Grandes Regiões	Taxa de Urbanização (%)		Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	
	1991	2000	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>75,59</b>	<b>81,23</b>	<b>17,26</b>	<b>19,92</b>
Norte	59,05	69,83	2,66	3,35
Nordeste	60,65	69,04	27,33	30,69
Sudeste	88,02	90,52	67,77	78,20
Sul	74,12	80,94	38,38	43,54
Centro-Oeste	81,28	86,73	5,86	7,23

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000.

Os municípios de mais de 100 mil habitantes que contavam, em 1991, com 70,8 milhões de pessoas passaram para 86,5 milhões em 2000. Os municípios com mais de 500 mil habitantes que contavam com 38,8 milhões de habitantes, em 1991, alcançaram 46,9 milhões, em 2000. Tal crescimento reflete um importante aspecto da tendência de concentração populacional em cidades médias e grandes. Os municípios entre 10 e 100 mil habitantes apresentam baixo crescimento no período, havendo, somente, crescimento expressivo entre a população dos municípios com menos de 10 mil habitantes. Este resultado, em parte, pode ser explicado pelo fracionamento de municípios na década de 90, que resultou na criação de mais de mil novos municípios, a maioria nessa faixa de tamanho.

## MUDANÇAS NO PERFIL ETÁRIO

Onde as mudanças vêm se mostrando mais acentuadas é nos indicadores que dizem respeito à estrutura etária. De fato, a queda acumulada da fecundidade em mais de duas décadas, acrescida das alterações de padrões etários da mortalidade, vem modificando rapidamente a distribuição etária da população, notadamente, em relação ao peso relativo da população infanto-juvenil e da população idosa. Quando se toma o indicador razão de dependência, tais alterações estão fortemente refletidas. Em 1992, para cada 100 pessoas em idade ativa existiam 64 em idade não-ativa (crianças e idosos). Em 1999, esta razão já havia declinado para 55 em cada 100, fruto basicamente da redução dos níveis de natalidade. Esta situação, do ponto de vista estritamente demográfico, é considerada favorável ao crescimento econômico, na medida em que aumenta a proporção da população teoricamente produtiva em detrimento do número da população teoricamente consumidora de bens e serviços. Na prática, esta "vantagem" pode ser anulada pelos ciclos restritivos do mercado de trabalho, especialmente em sua atual fase (Tabela 3).



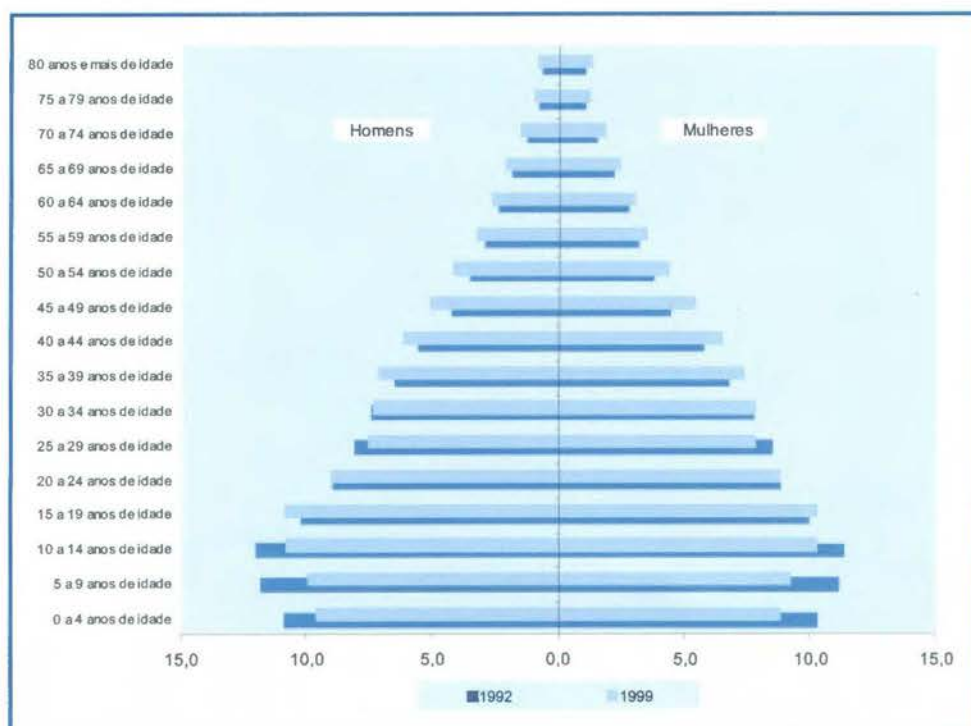
Ainda em relação à estrutura etária, é interessante observar que as tendências e hipóteses, que conformam as projeções populacionais, revelam claramente que para as próximas décadas o crescimento da população de mais de 60 anos é absolutamente plausível, seja em termos relativos (por efeito da redução relativa da população de crianças e jovens), seja em termos absolutos, devido ao progressivo aumento da expectativa de vida. É importante observar que a população de 30 a 59 anos de idade ainda crescerá razoavelmente, em termos absolutos, nas próximas décadas, embora em ritmo já bastante reduzido a partir da terceira década, ano 2020. Isto representará a continuidade durante este período de uma forte pressão demográfica sobre o mercado de trabalho. Já os grupos de crianças, jovens e adultos jovens têm seus efetivos populacionais praticamente estabilizados a partir de 2005.

**Tabela 3 - População residente, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões 1992/1999**

Grandes Regiões	Grupos de Idade (%)											
	0 a 6 anos		7 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 59 anos		60 e mais	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil (1)</b>	<b>15,1</b>	<b>13,1</b>	<b>18,7</b>	<b>16,4</b>	<b>10,1</b>	<b>10,6</b>	<b>17,2</b>	<b>16,7</b>	<b>31,0</b>	<b>34,2</b>	<b>7,9</b>	<b>9,1</b>
Norte(2)	17,8	16,1	22,4	18,9	11,0	12,2	17,6	17,7	26,1	29,1	5,0	6,1
Nordeste	17,4	14,7	20,9	18,8	10,9	11,6	16,3	16,4	26,5	29,8	8,1	8,8
Sudeste	13,5	11,6	17,2	14,8	9,6	10,1	17,4	16,6	33,8	36,8	8,4	10,0
Sul	14,2	13,1	17,4	15,4	9,5	9,8	17,5	16,1	33,6	36,8	7,8	8,9
Centro-Oeste	15,7	13,9	18,9	16,1	10,7	10,6	19,2	18,6	30,2	33,9	5,3	7,0

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM. (1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui a população rural.

**População residente, por sexo e grupos de idade. Brasil - 1992/1999**



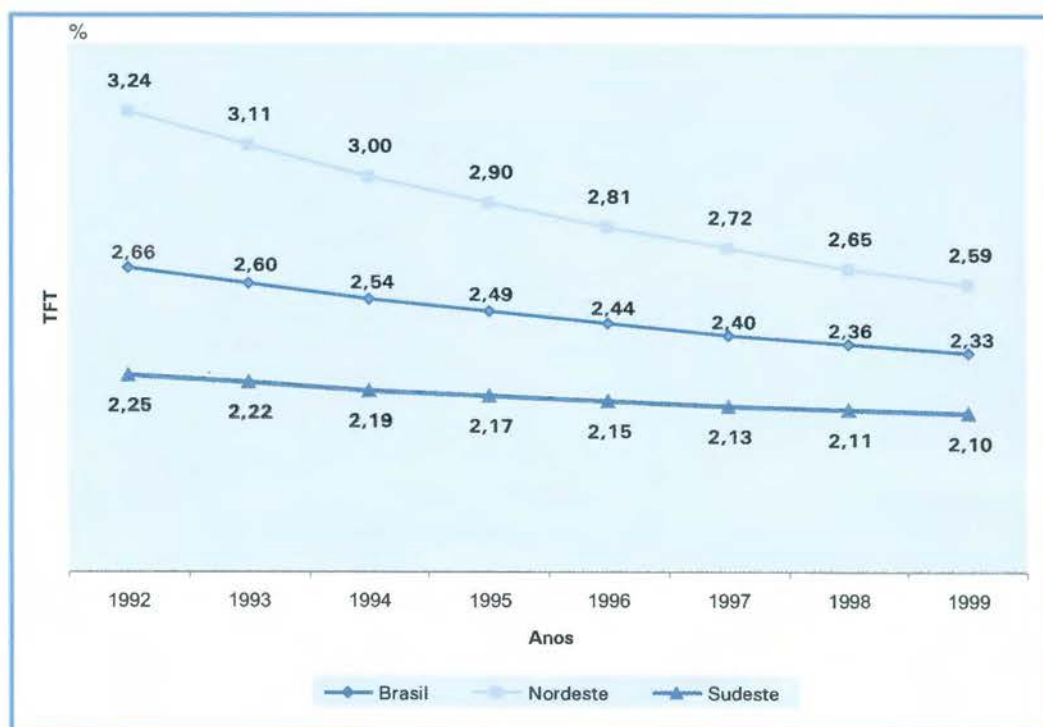
## COMPONENTES DEMOGRÁFICOS

Quanto aos componentes demográficos, os dados dispostos para o conjunto do país, revelam que os indicadores de mortalidade caminharam no sentido de redução dos diferenciais históricos entre as regiões, notadamente aqueles que expressavam as desigualdades regionais. Em 1992, a diferença entre a esperança de vida da Região Sul (a mais elevada) e a Região Nordeste (a mais baixa) era de 6 anos. Em 1999, a diferença cai para 5,3 anos. Há duas ou três décadas atrás, esta diferença era superior a dez anos. No período 1992/1999 a esperança de vida ao nascer no Brasil subiu 2,1 anos, enquanto a diferença de anos de vida favorável às mulheres em relação aos homens passa de 7,3 para 7,7 anos (Tabela 4).

**Tabela 4 - Taxas de fecundidade total segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total					
	Total		Homens		Mulheres	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>66,3</b>	<b>68,4</b>	<b>62,8</b>	<b>64,6</b>	<b>70,1</b>	<b>72,3</b>
Norte	65,8	68,2	63,2	65,3	69,0	71,4
Nordeste	63,1	65,5	60,2	62,4	66,1	68,5
Sudeste	67,8	69,4	63,8	64,9	72,3	74,1
Sul	69,1	70,8	65,6	67,1	72,9	74,8
Centro-Oeste	67,3	69,2	64,3	66,0	70,7	72,7

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais.  
Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica  
Projeto FNUAP/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos.



**Taxas de Fecundidade Total. Brasil, Nordeste e Sudeste - 1992/1999**





Em relação à componente fecundidade, não só se manteve a tendência já mencionada de redução de seus níveis, que para o Brasil, entre 1992 e 1999, caiu de 2,7 filhos por mulher para 2,3 filhos, como também se reduziram os diferenciais regionais. Enquanto, em 1992, as mulheres nordestinas tinham em média 1 filho a mais que as mulheres do Sudeste, em 1999, esta diferença cai para a metade (Tabela 5).

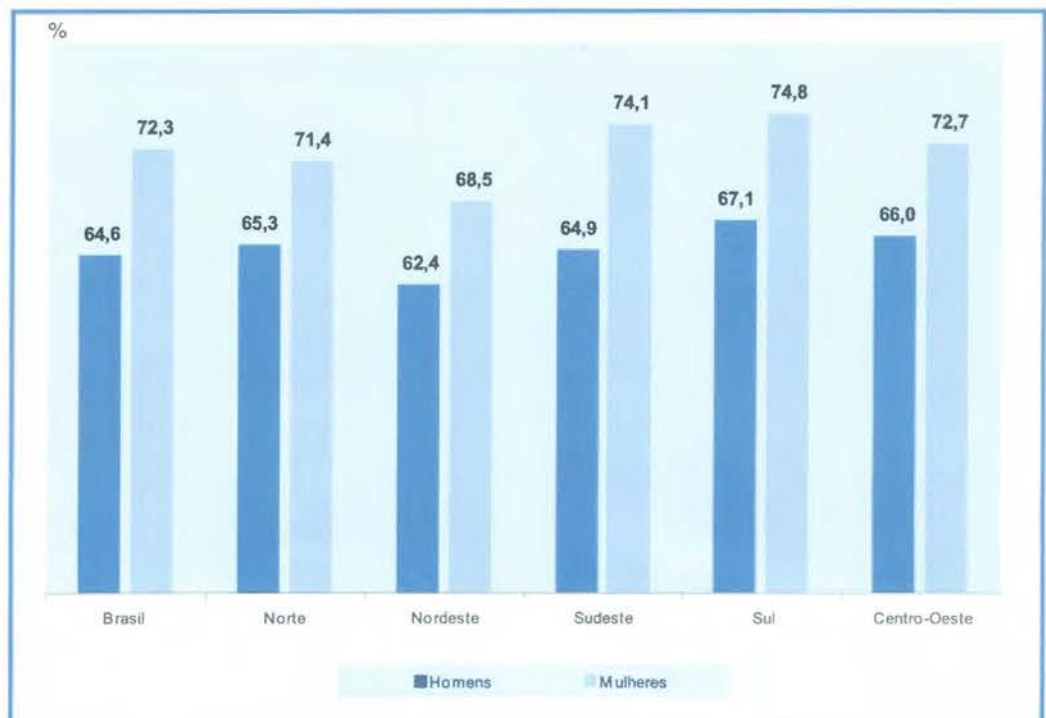
O declínio da fecundidade refletiu-se naturalmente na redução dos diferenciais entre os grupos sociais. Em 1992, o grupo de mulheres com nível de instrução mais baixo (menos de 4 anos de estudo) tinha, em média, 3,6 filhos. Em 1999, esse valor cai para 3,1 filhos. Já as mulheres com nível elevado de instrução não apresentam mudanças significativas.

**Tabela 5 - Taxas de fecundidade total segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total	
	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>2,7</b>	<b>2,3</b>
Norte	3,8	3,1
Nordeste	3,2	2,6
Sudeste	2,2	2,1
Sul	2,4	2,2
Centro-Oeste	2,5	2,2

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais.  
Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica  
Projeto FNUAP/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos.

Desse modo, a tendência que se observa é a gradual redução da diferença nos níveis de fecundidade entre mulheres segundo sua posição social, ou seja, a associação entre pobreza e número elevado de filhos é, atualmente, um argumento não comprovável.



**Esperanças de vida  
ao nascer  
por sexo. Brasil e  
Grandes Regiões - 1999**

## MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil tem sido historicamente utilizada como um bom indicador de avaliação das condições de saúde e de vida das populações. Durante o período considerado nesta análise (1992/1999), a mortalidade infantil no Brasil, passa de 43 ‰ para 34,6 ‰, ou seja, um decréscimo de aproximadamente 20%. Importante ressaltar que o valor da mortalidade infantil estimado para 1999 está próximo da meta de 33‰, estipulada pela Cúpula Mundial das Nações Unidas pela Criança para o ano 2000 (Tabela 6).

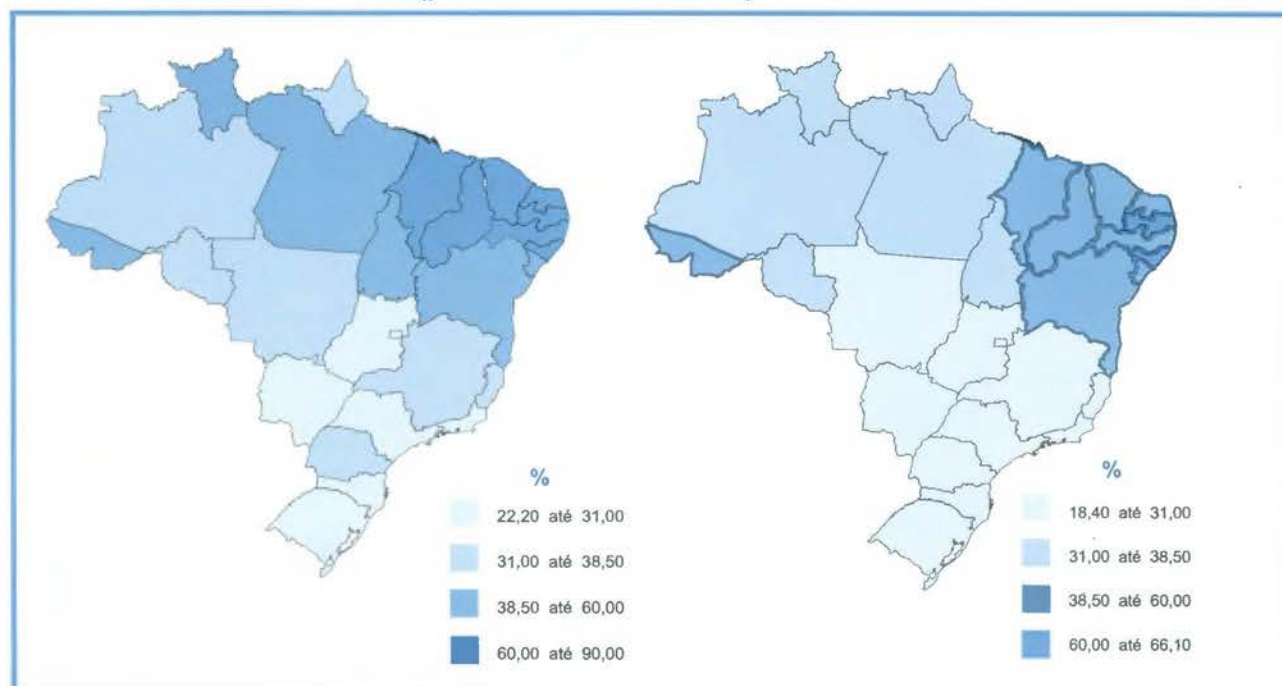
Apesar dos avanços alcançados no indicador, persistem ainda profundos contrastes entre os estados. Por um lado, os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste se destacam com os menores níveis de mortalidade infantil (valores levemente superiores a 20‰), em oposição à Região Nordeste onde o indicador é estimado em 53 óbitos de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos, para o ano de 1999. Cabe frisar que, durante o período de 1992/99, a região Nordeste apresentou os maiores declínios na mortalidade infantil.

**Tabela 6 - Taxas de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Taxas de mortalidade infantil (por 1 000 nascidos vivos)	
	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>44,3</b>	<b>34,6</b>
Norte	40,7	34,1
Nordeste	65,2	53,0
Sudeste	30,0	24,4
Sul	25,7	20,7
Centro-Oeste	30,4	24,5

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1991; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

### Taxas de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)

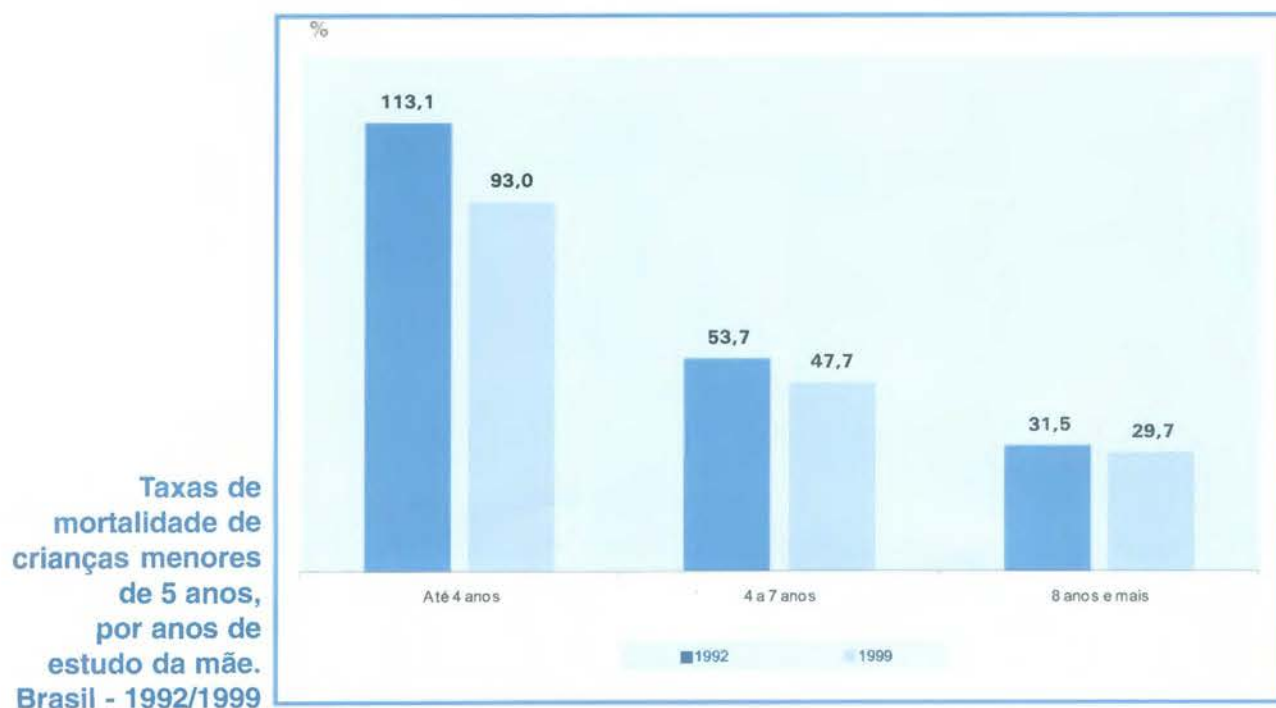


As diferenças sociais, também, ainda permanecem elevadas. Em 1999, a taxa de mortalidade das crianças cujas mães tinham menos de 4 anos de estudo era de 93 por mil, enquanto, aquelas cujas mães tinham uma escolaridade mais elevada (mais de 8 anos de estudo) a taxa declinava para 29,7 por mil (Tabela 7).

**Tabela 7 - Taxas de mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade, por anos de estudo da mãe, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões		Taxas de mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade, por anos de estudo da mãe (por 1 000 nascidos vivos)		
		Até 4 anos	4 a 7 anos	8 anos e mais
<b>1992</b>				
	<b>Brasil</b>	<b>113,1</b>	<b>53,7</b>	<b>31,5</b>
	Norte	71,4	50,2	41,3
	Nordeste	139,9	92,0	47,9
	Sudeste	91,4	44,6	26,0
	Sul	86,0	43,8	20,8
	Centro-Oeste	82,7	40,2	27,8
<b>1999</b>				
	<b>Brasil</b>	<b>93,0</b>	<b>47,4</b>	<b>29,7</b>
	Norte	60,2	55,1	37,4
	Nordeste	124,7	69,5	45,0
	Sudeste	62,3	35,4	24,4
	Sul	74,9	36,2	18,5
	Centro-Oeste	68,1	36,6	24,3

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1991; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.



## ANALFABETISMO VERSUS ESCOLARIZAÇÃO

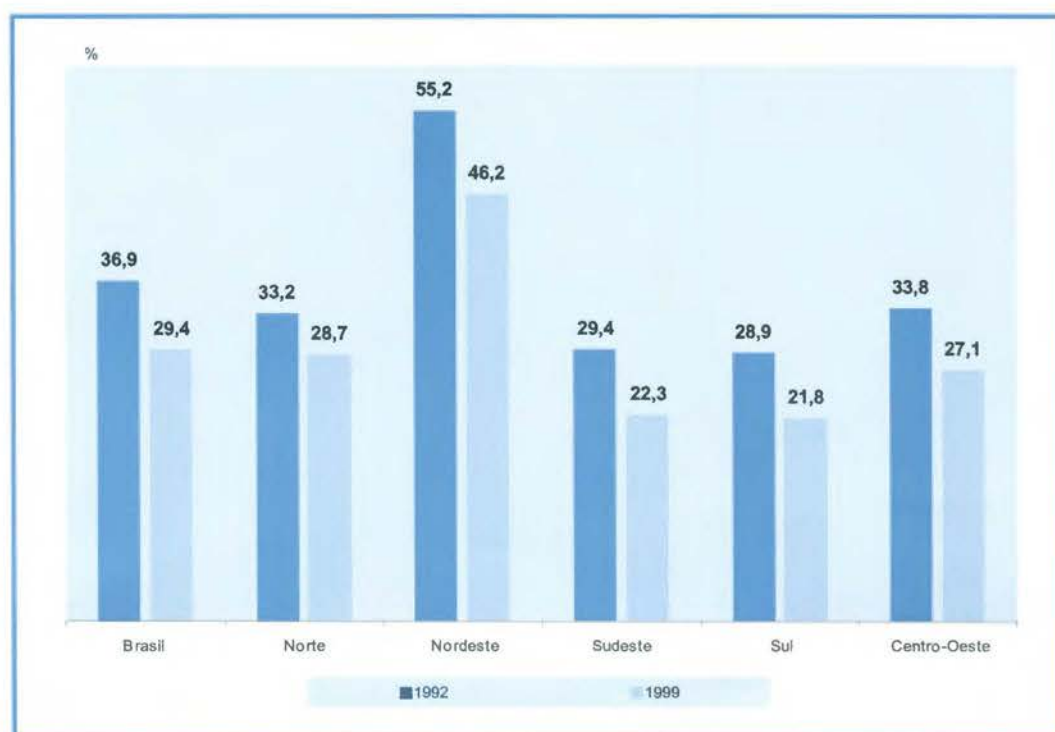
No início da década de 90, nos países avançados, a alfabetização passou a ser definida de forma mais exigente. Na América Latina, a UNESCO/OREALC ressalta que o processo de alfabetização somente se consolida de fato entre as pessoas que completaram a 4ª série, em razão das elevadas taxas de regressão ao analfabetismo (Tabela 8) entre os não concluintes desse ciclo de ensino (Boletim: *Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe*, 1993).

**Tabela 8 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil (1)</b>	<b>36,9</b>	<b>29,4</b>	<b>37,1</b>	<b>30,2</b>	<b>36,8</b>	<b>28,7</b>
Norte(2)	33,2	28,7	35,0	30,6	31,6	26,9
Nordeste	55,2	46,2	58,4	50,1	52,3	42,6
Sudeste	29,4	22,3	28,0	21,4	30,7	23,0
Sul	28,9	21,8	27,9	21,1	29,8	22,4
Centro-Oeste	33,8	27,1	34,8	28,7	32,8	25,6

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM. Nota: Analfabetismo funcional compreende as pessoas com menos de 4 anos de estudo. (1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui a população rural.

**Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade. Brasil e Grandes Regiões - 1992/1999**



Entre 1992 e 1999, embora tenha ocorrido no Brasil uma redução de, aproximadamente, 7,5 pontos percentuais nesta taxa (passando de 36,9% em 1992 para 29,4% em 1999), ainda são alarmantes as proporções de analfabetos funcionais existentes em todas as regiões do País. Na Região Nordeste, a situação é mais dramática: a taxa observada é o dobro da encontrada nas Regiões Sudeste e Sul, 46,2% contra 22,3% e 21,8%, respectivamente.

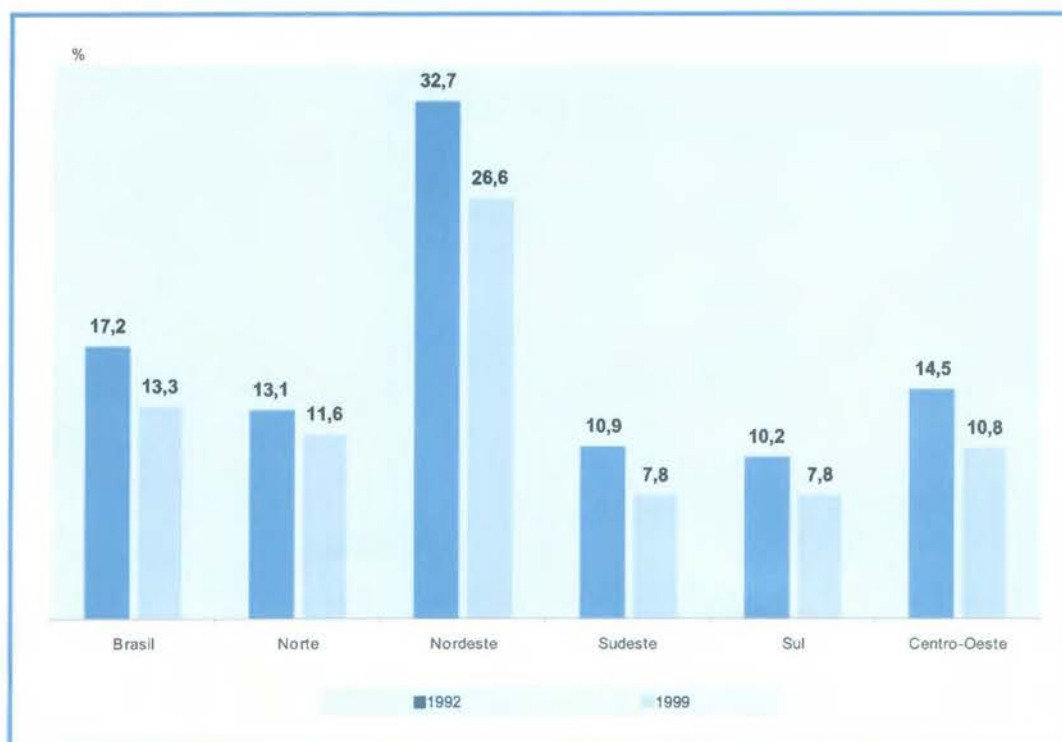
O quadro geral das desigualdades raciais tendeu a se manter inalterado nesta última década apesar dos avanços alcançados nos níveis de educação e rendimento da população brasileira no mesmo período. O analfabetismo funcional, isto é, pessoas com menos de 4 anos de estudo, atingia, em 1999, cerca de 40% da população preta e parda de 15 anos e mais, enquanto incidia sobre 21% da população branca de mesma faixa etária (Tabela 9).

**Tabela 9 - Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)							
	Total(1)		Branca		Preta		Parda	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil (2)</b>	<b>17,2</b>	<b>13,3</b>	<b>10,6</b>	<b>8,3</b>	<b>28,7</b>	<b>21,0</b>	<b>25,2</b>	<b>19,6</b>
Norte(3)	13,1	11,6	8,2	7,5	20,1	20,0	15,1	13,0
Nordeste	32,7	26,6	24,3	21,3	45,7	35,0	35,2	28,4
Sudeste	10,9	7,8	8,0	5,6	19,9	14,4	15,8	11,4
Sul	10,2	7,8	8,5	6,3	20,2	15,3	20,2	16,1
Centro-Oeste	14,5	10,8	10,6	7,8	34,0	22,2	16,9	12,5

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM. (1) Inclusive as pessoas de cor amarela e população indígena. (2) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclusive a população rural.

**Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça. Brasil e Grandes Regiões - 1992/1999**



## TRABALHO E RENDA

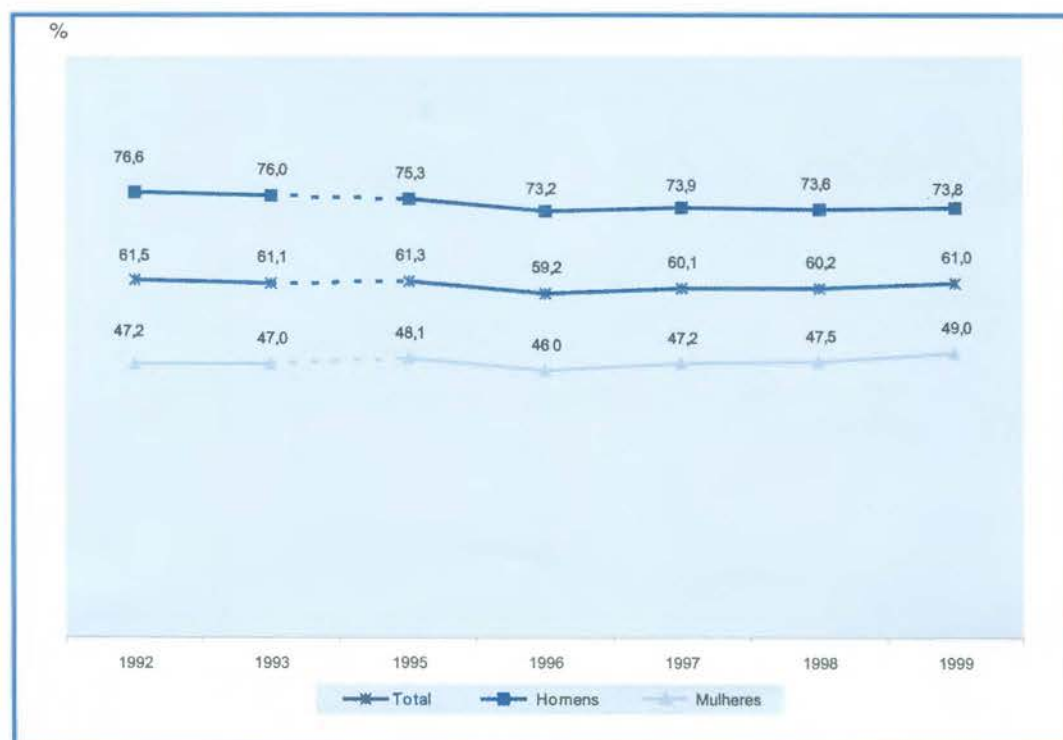
A Taxa de Atividade entendida como a porcentagem da população de 10 anos ou mais, que participa efetivamente do mercado de trabalho, seja na condição de ocupada ou desocupada flutuou com ligeira tendência de queda nesse período, iniciando com 61,5%, em 1992, e terminando em 61,0%, em 1999. Esta ligeira queda está associada, entre outras causas, ao envelhecimento gradual da população e à menor participação de jovens no mercado de trabalho.

A Taxa de Atividade por sexo registrou comportamento diferenciado. Enquanto a taxa de atividade masculina baixou, a feminina registrou crescimento. Esta tendência pode ser observada em todas as regiões e merecem destaque as elevadas taxas de atividades femininas registradas em alguns estados no Sul e no Nordeste, em 1999 (Tabela 10).

**Tabela 10 - Taxa de atividade, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Taxa de atividade (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil (1)</b>	<b>61,5</b>	<b>61,0</b>	<b>76,6</b>	<b>73,8</b>	<b>47,2</b>	<b>49,0</b>
Norte(2)	58,3	58,6	73,1	71,2	44,4	46,8
Nordeste	61,3	61,1	77,0	74,1	46,8	48,8
Sudeste	59,4	59,0	74,8	71,8	44,8	47,1
Sul	67,4	66,0	80,5	78,0	54,7	54,6
Centro-Oeste	64,9	63,5	80,3	76,9	49,6	50,6

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM. Nota: Compreendem as pessoas de 10 anos e mais idade. (1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Excluída a população rural.



**Taxa de atividade,  
por sexo.  
Brasil - 1992/1999**

A desigualdade de rendimentos na sociedade brasileira se tornou um dos principais problemas para serem enfrentados. Enquanto a renda média familiar per capita das famílias que estão nos 10% mais ricos da distribuição de renda ficou em torno de 11 salários mínimos, em 1999, aquela verificada para as famílias que estão nos 40% mais pobres é de apenas 0,5 salário mínimo.

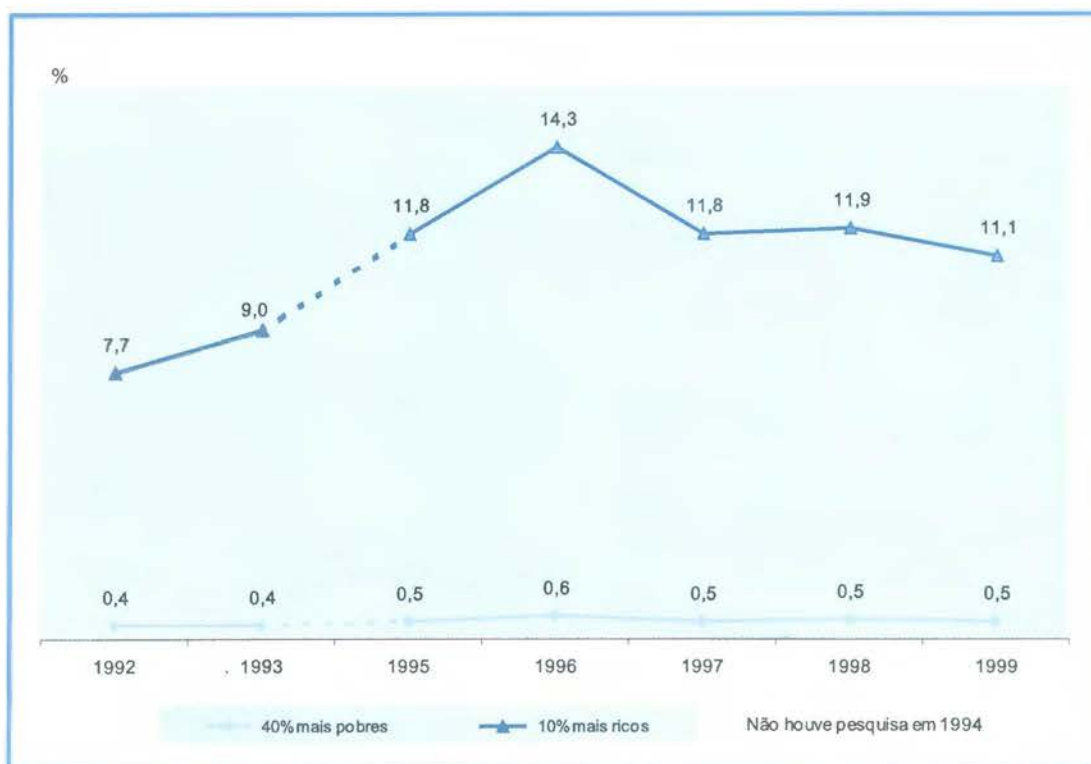
Esse valor praticamente não oscilou durante o período compreendido entre 1992 e 1999, comportamento diverso daquele observado para o rendimento dos 10% , que oscilou com tendência de crescimento. A diferença entre os rendimentos destes dois extratos é muito grande - os 10% mais ricos têm um rendimento 22 vezes maior que o dos 40% mais pobres (Tabela 11).

**Tabela 11 - Renda média familiar per capita, em reais e em salário mínimo, dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres e relação entre rendas médias, segundos grandes regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Renda média familiar per capita								Relação entre rendas médias	
	40% mais pobres				10% mais ricos					
	Em R\$		Em salário mínimo		Em R\$		Em salário mínimo		1992	1999
	1992	1999	1992 (A)	1999 (A)	1992	1999	1992 (B)	1999 (B)		
<b>Brasil (1)</b>	<b>50,54</b>	<b>68,32</b>	<b>0,37</b>	<b>0,50</b>	<b>1053,09</b>	<b>1511,67</b>	<b>7,74</b>	<b>11,12</b>	<b>20,84</b>	<b>22,13</b>
Norte(2)	42,66	58,00	0,31	0,43	790,14	1097,30	5,81	8,07	18,52	18,92
Nordeste	27,47	39,45	0,20	0,29	605,55	900,36	4,45	6,62	22,05	22,82
Sudeste	71,70	96,55	0,53	0,71	1227,26	1784,08	9,02	13,12	17,12	18,48
Sul	65,49	86,27	0,48	0,63	1112,41	1571,63	8,18	11,56	16,99	18,22
Centro-Oeste	53,92	74,72	0,40	0,55	1139,88	1581,45	8,38	11,63	21,14	21,16

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM. Notas: 1. Renda média das famílias com rendimento. A55

**Renda média familiar per capita em salários mínimos dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos. Brasil - 1992/1999**



## SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

No Brasil urbano, a universalização do acesso à água é de quase 90% dos domicílios, cujo abastecimento é procedente de rede geral com canalização interna. Para uma visão mais abrangente de qualidade de vida, enfatizando a componente ambiental, seria ainda necessário que fosse investigado a qualidade da água, a continuidade do abastecimento, as ligações oficiais e clandestinas para verificação de eventual contaminação. Todavia, a simples presença de água encanada nos domicílios tem se constituído em um importante fator de melhoria e preservação das condições de saúde e higiene. Nos estados mais pobres das Regiões Norte e Nordeste, mesmo nas áreas urbanas, existem percentuais elevados de abastecimento feito através de poços ou nascentes, onde há o risco de contaminação, uma vez que nestas mesmas regiões os serviços de esgotamento sanitário são muito precários, com um elevado percentual de fossas sépticas rudimentares (Tabelas 12 e 13).

**Tabela 12 - Renda média familiar per capita, em reais e em salário mínimo, dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres e relação entre rendas médias - 1992/1999**

Grandes Regiões	Número médio de pessoas											
	Por domicílio						Por dormitório (1)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil (2)</b>	<b>4,0</b>	<b>3,7</b>	<b>4,0</b>	<b>3,7</b>	<b>4,4</b>	<b>4,1</b>	<b>2,0</b>	<b>1,9</b>	<b>2,0</b>	<b>1,9</b>	<b>2,2</b>	<b>2,0</b>
Norte (3)	4,6	4,4	4,6	4,4	-	-	2,3	2,1	2,3	2,1	-	-
Nordeste	4,5	4,1	4,4	4,0	4,7	4,4	2,1	2,0	2,1	1,9	2,2	2,1
Sudeste	3,9	3,6	3,8	3,5	4,2	3,9	2,0	1,9	2,0	1,9	2,1	2,0
Sul	3,8	3,5	3,7	3,4	4,1	3,7	1,9	1,8	1,8	1,7	2,0	1,8
Centro-Oeste	4,0	3,6	4,0	3,6	4,0	3,6	2,0	1,8	2,0	1,8	2,1	2,0

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM. Notas: 1. Renda média das famílias com rendimento. A55. 1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui a população rural.

**Tabela 13 - Domicílios particulares permanentes urbanos, sua respectiva distribuição percentual, por tipo de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

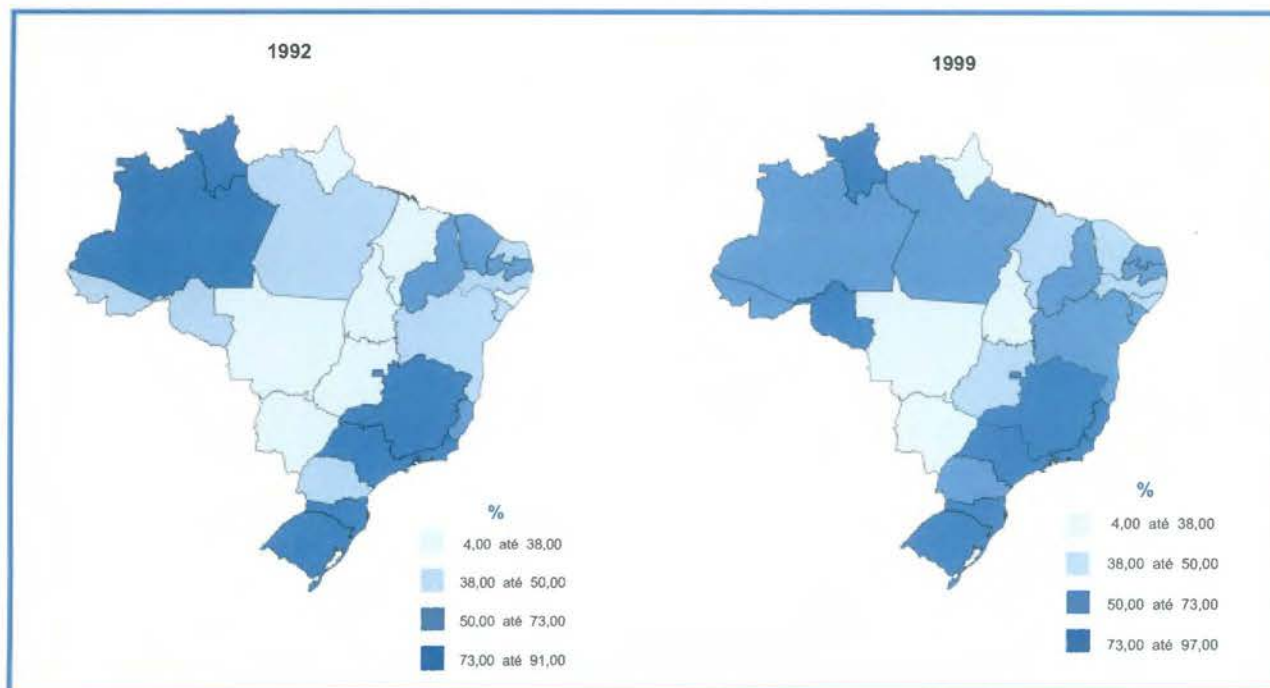
Grandes Regiões	Tipo de abastecimento de água (%)									
	Com canalização interna				Sem canalização interna				Outro	
	Rede geral		Poço ou nascente		Rede geral		Poço ou nascente			
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>83,3</b>	<b>89,2</b>	<b>3,8</b>	<b>4,0</b>	<b>5,8</b>	<b>3,2</b>	<b>3,4</b>	<b>1,8</b>	<b>3,7</b>	<b>1,7</b>
Norte	56,8	61,1	6,8	14,3	13,7	10,5	15,3	9,6	7,4	4,5
Nordeste	70,6	80,9	1,8	2,1	9,9	7,7	4,9	3,2	12,6	6,0
Sudeste	91,0	94,9	2,9	2,9	3,6	1,2	1,5	0,6	0,8	0,2
Sul	87,6	93,9	5,5	4,0	3,8	1,1	1,9	0,5	1,1	0,4
Centro-Oeste	72,5	82,7	9,9	10,0	8,8	3,5	7,9	3,4	0,9	0,4

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.





**Domicílios urbanos que possuem abastecimento de água com canalização interna (rede geral e poço ou nascente)**



O esgotamento sanitário é uma questão fundamental a ser resolvida pelo poder público, seja pelos prejuízos que causa à saúde da população, seja pelo impacto negativo ao meio ambiente. Os sistemas de esgotamento sanitário existentes no Brasil ainda requerem grandes avanços e investimentos. De 1992 para 1999, a proporção de domicílios urbanos brasileiros ligados à rede coletora passou de 48,0% para 52,5%, respectivamente, valores ainda consideravelmente baixos. Além disso, não necessariamente todos estes domicílios estão ligados à rede de tratamento dos dejetos, muitas vezes podendo estar apenas conectados diretamente à rede (Tabela 14).

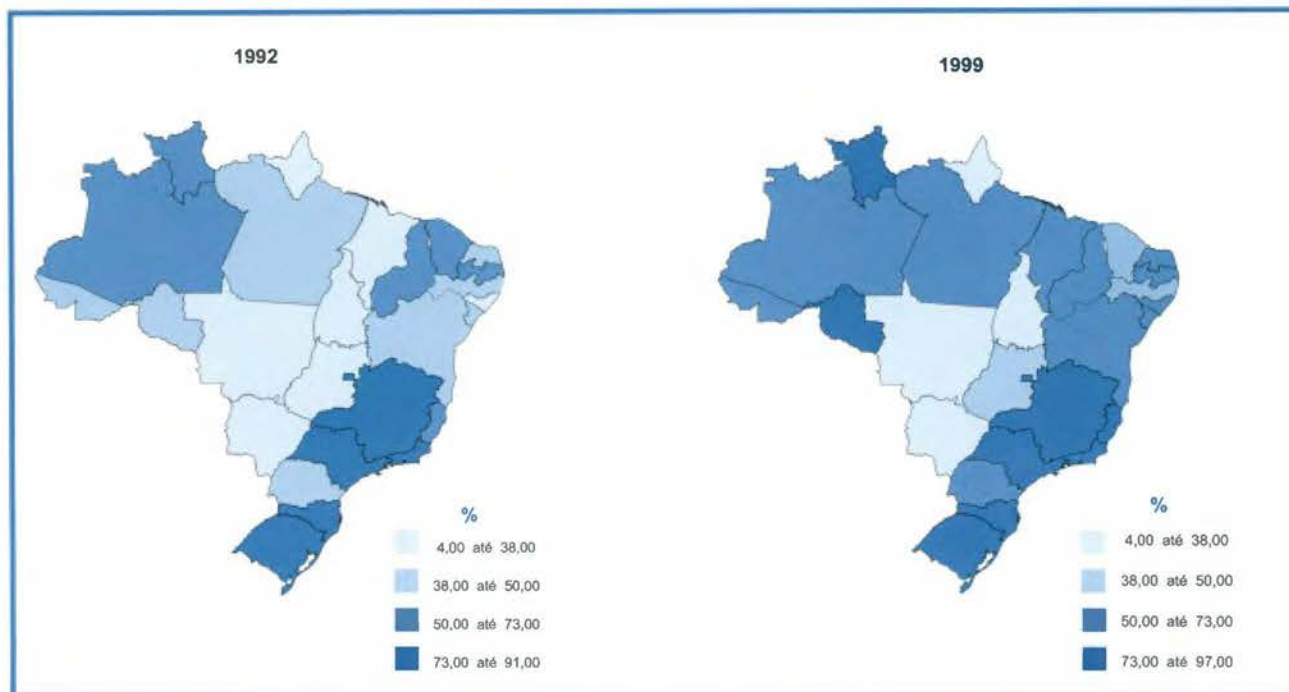
**Tabela 14 - Domicílios particulares permanentes urbanos, total e sua respectiva distribuição percentual, por tipo de esgotamento sanitário - 1992/1999**

Grandes Regiões	Tipo de esgotamento sanitário (%)							
	Rede coletora		Fossa séptica		Fossa rudimentar		Outro e não tinha	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>48,0</b>	<b>52,5</b>	<b>20,3</b>	<b>23,1</b>	<b>21,3</b>	<b>18,1</b>	<b>10,1</b>	<b>6,1</b>
Norte	7,2	8,2	33,6	46,5	41,8	35,1	17,1	10,0
Nordeste	19,3	28,1	24,9	23,5	35,3	35,6	20,1	12,6
Sudeste	73,8	78,8	10,3	12,1	8,6	4,7	6,8	4,3
Sul	19,5	22,0	49,1	56,1	24,2	18,5	7,0	3,3
Centro-Oeste	36,1	39,4	4,9	9,2	52,6	48,8	6,2	2,6

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992; microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999; microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.



**Domicílios urbanos que possuem esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)**



Em 1999, a fossa séptica predominava em 23,1% dos domicílios. A qualidade da construção da fossa séptica e sua manutenção são fatores que influenciam sua eficácia contra a contaminação do solo. Na Região Sul, por exemplo, 56,1% dos domicílios se utilizam da fossa séptica, o que aparentemente não representa de fato um problema para a população, uma vez que esta região apresenta bons indicadores de saúde.

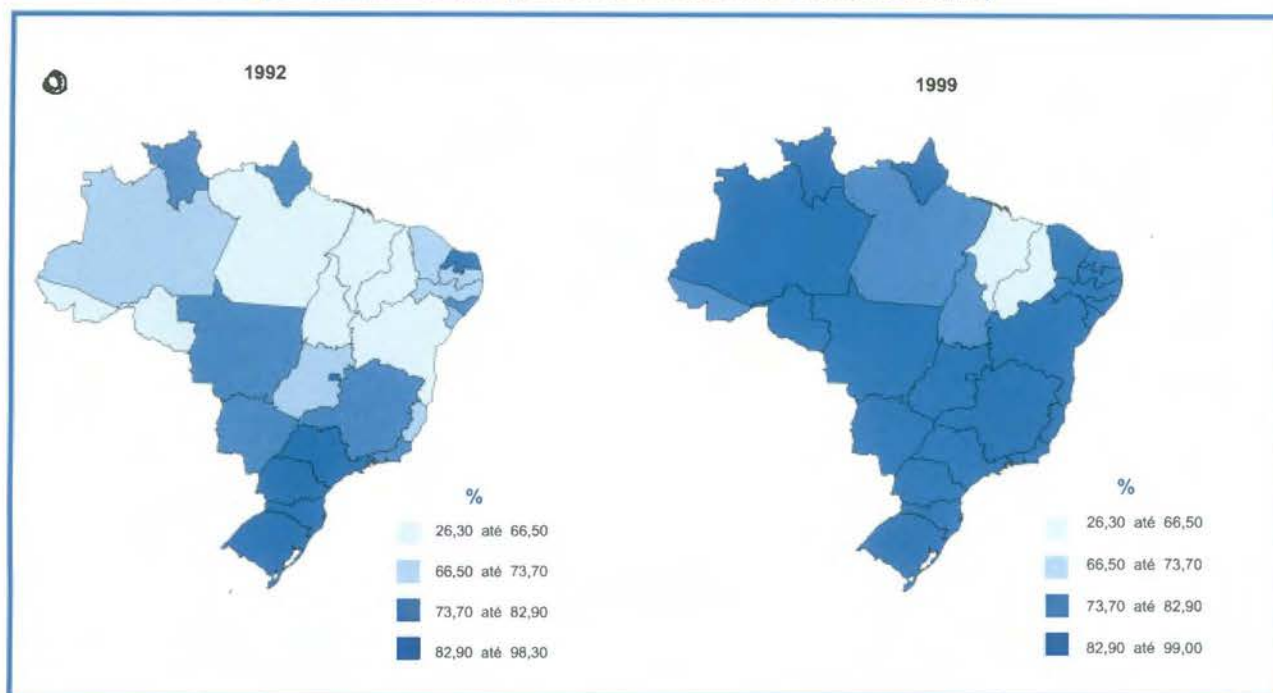
Os serviços de coleta de lixo, também, apresentam uma variação muito grande de cobertura e de tipos de coleta, dependendo da localidade. O Brasil, em 1999, nas zonas urbanas atendia a 85% dos domicílios com a coleta direta, e 8,8% de forma indireta. A Região Norte apresenta a menor cobertura de coleta direta de lixo com 66,6% dos domicílios beneficiados (Tabela 15).

**Tabela 15 - Domicílios particulares permanentes urbanos, sua respectiva distribuição percentual, por destino do lixo, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Destino do Lixo (%)							
	Coletado diretamente		Coletado indiretamente		Queimado ou enterrado		Outro	
	1992	1999	1992	1999	1992	1999	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>76,0</b>	<b>85,0</b>	<b>5,7</b>	<b>8,8</b>	<b>8,4</b>	<b>3,4</b>	<b>9,9</b>	<b>2,9</b>
Norte	45,1	66,6	11,1	14,8	26,2	13,2	17,5	5,4
Nordeste	56,2	69,1	10,0	15,4	9,0	6,1	24,8	9,3
Sudeste	83,6	89,6	4,7	7,6	6,2	1,8	5,4	1,0
Sul	87,0	94,3	3,1	3,4	7,1	1,9	2,8	0,5
Centro-Oeste	75,7	90,8	2,1	5,4	13,3	2,9	8,9	0,9

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

### Domicílios urbanos por destino do lixo (coletado diretamente e indiretamente)



## POBREZA, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A comparação entre 1992 e 1999, quanto aos domicílios considerados adequados (aqueles que têm simultaneamente o fornecimento de água ligado à rede geral com canalização interna, o esgotamento sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica e a coleta direta de lixo), mostra que houve uma melhora, passando o percentual de 53,8% para 62,3%. Entre os domicílios pobres (com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo) apenas 34,1% tinham um saneamento adequado embora tenha havido uma pequena melhora em relação à 1992, quando esse percentual era de 27%. Para as classes de maiores rendimentos a situação permaneceu quase inalterada. É grave a situação de Tocantins e dos estados da Região Norte que, mesmo nas classes de melhores rendimentos, são poucos os domicílios com saneamento adequado (Tabelas 16 e 17).

**Tabela 16 - Domicílios urbanos, com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados e lixo coletado, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999**

Grandes Regiões	Domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequado e lixo coletado	
	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>53,8</b>	<b>62,3</b>
Norte	13,1	13,6
Nordeste	23,4	32,5
Sudeste	75,2	85,5
Sul	45,3	53,5
Centro-Oeste	34,7	40,5

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios .1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Domicílios urbanos com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequado e lixo coletado

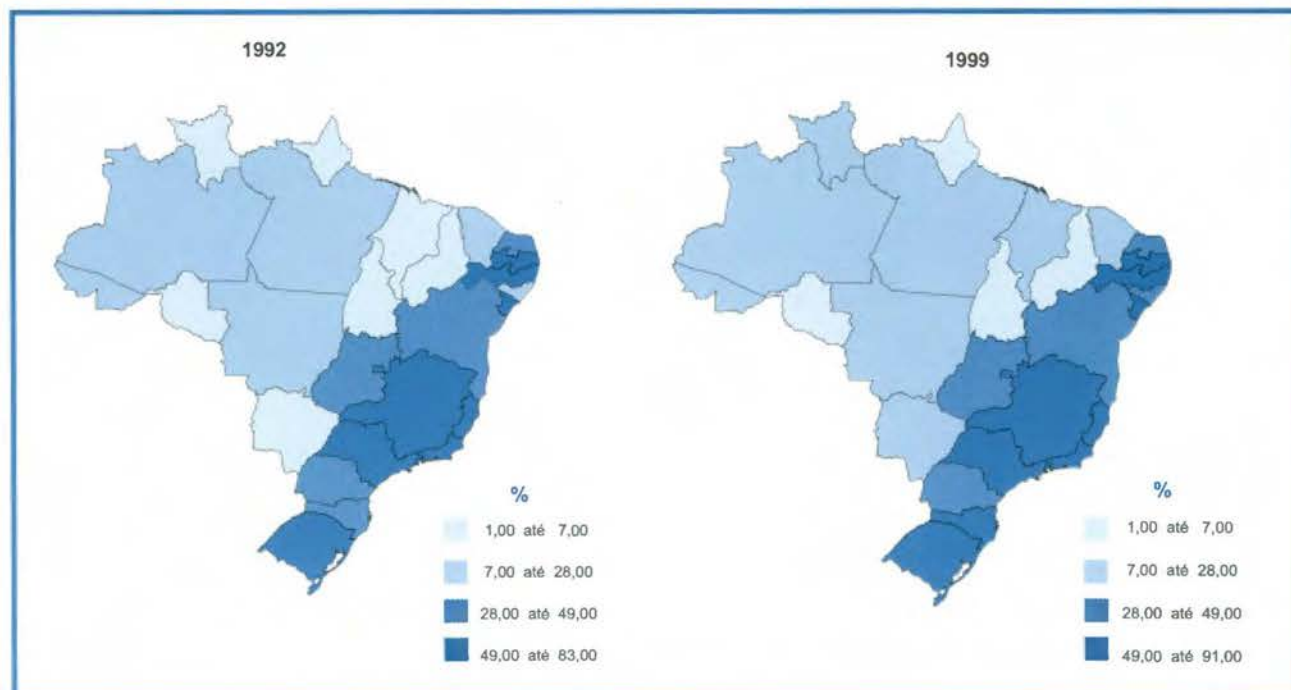


Tabela 17 - Domicílios urbanos, com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequado e lixo coletado, com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, segundo as Grandes Regiões - 1992/1999

Grandes Regiões	Domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário adequado e lixo coletado e com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo.	
	1992	1999
<b>Brasil</b>	<b>27,0</b>	<b>34,1</b>
Norte	4,6	6,6
Nordeste	13,9	19,9
Sudeste	50,7	67,8
Sul	24,2	30,2
Centro-Oeste	16,5	24,0

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 1 CD-ROM; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM. Nota: Em 1992, valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 1999 e expressos em salários mínimos de 1999.

**Domicílios com  
abastecimento de água  
e esgotamento sanitário  
adequado  
e lixo coletado e com  
renda domiciliar  
per capita de até  
1/2 salário mínimo.  
Brasil e Grandes  
Regiões - 1992/1999**

